Custeio da Atenção Especializada.

06 - Resolução Nº 148, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Inhangapi/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

07 - Resolução Nº 149, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" a proposta nº191214 cadastrada pelo Município de Piçarra/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

08 - Resolução Nº 150, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" a proposta N 195536, cadastrada pela Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará, junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicita recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

09 - Resolução Nº 151, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Breves/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

10 - Resolução Nº 152, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Cametá/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que pleiteiam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

11 - Resolução Nº 153, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" a proposta nº 195617 cadastrada pelo Município de Ananindeua/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que pleiteiam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

12 - Resolução Nº 154, de 28 de dezembro de 2023: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Bragança/PA junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

13 - Resolução Nº 01, de 02 de Janeiro de 2024: aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelos Municípios do Estado do Pará, junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada - Municípios: Anapu, Benevides, Breu Branco Ourilandia do Norte e Piçarra).

14 - Resolução Nº 02, de 02 de janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Tucuruí/PA, junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

15 - Resolução Nº 04, de 02 de Janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Primavera, junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

16 - Resolução Nº 05, de 04 de Janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" a proposta cadastrada pelo Município de Itupiranga/PA, de custeio da atenção primária, junto ao Ministério da Saúde.

17 - Resolução Nº 06, de 04 de Janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Itupiranga/PA, junto ao Sistemas do Ministério da Saúde que solicitam recursos financeiros emergenciais para Custeio da Atenção Especializada.

18 - Resolução Nº 11, de 11 de janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Santa Bárbara/PA, de custeio da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério.

19 - Resolução Nº 18, de 26 de janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" as propostas cadastradas pelo Município de Ananindeua/PA, para custeio da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério da Saúde, conforme anexo desta resolução.

20 - Resolução Nº 21, de 30 de janeiro de 2024: Aprova "ad referendum" a proposta cadastrada pelo Município de Paragominas/PA da Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério.

21 - Resolução Nº 23, de 02 de fevereiro de 2024: Aprova "ad referendum" a proposta cadastrada pelo Município de São Félix do Xingú/PA, de custeio da atenção especializada de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério da Saúde,

22 - Resolução Nº 24, de 02 de fevereiro de 2024: Aprova "ad referendum" a proposta cadastrada pelo Município de Redenção/PA, de custeio da atenção especializada de Média e Alta Complexidade, junto ao Ministério da Saúde

Resolução nº 28, de 15 de fevereiro de 2024.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará - CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e;

- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, que em seu artigo 26, estabelece: "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar "ad referendum", pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PA, em Reunião Ordinária de 08 de fevereiro de 2024 que homologou a Resolução CIB nº 22 de 30 de janeiro de 2024.

Resolve:

Art. 1º - Homologar as Resoluções CIB/SUS/PA, nº 22 de 30 de janeiro de 2024 que pactuou "Ad Referendum" os recursos financeiros destinados ao custeio da execução do Plano Estadual de Redução das Filas - PERF do Estado do Pará, referente à estratégia de ampliação do acesso aos procedimentos eletivos programados pelo estado e pelos municípios.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 15 de fevereiro de 2024.

Ivete Gadelha Vaz. Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/SUS/PA.	Jucineide Alves Barbosa. Presidente do COSEMS/PA.
---	--

Resolução nº 29, de 15 de fevereiro de 2024.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará - CIB-SUS-PA, no uso de suas atribuições legais e;

- Considerando a Lei nº 12.994 de 17 de junho de 2014, que altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para instituir piso salarial profissional nacional e diretrizes para o plano de carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias.

- Considerando a PORTARIA GM/MS nº 1007, de 04 de maio de 2010 que regulamenta a incorporação de Agentes de Combates às Endemias - ACE ou dos agentes que desempenham as atividades, mas com outras denominações, nas Equipes de Saúde da Família.

- Considerando a PORTARIA de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a PORTARIA nº GM/MS nº 2.663, de 9 de outubro de 2019, que em seu Art. 4º, estabelece que as Secretarias Municipais de Saúde listadas no Anexo III a esta PORTARIA, que permanecerem com o mesmo valor do PFVS estabelecido pela PORTARIA GM/MS nº 2.510/2017 pelo fato de não haver Agentes de Combate às Endemias-ACE elegíveis, que venham a cadastrar ACE elegíveis para fins de recebimento da Assistência Financeira Complementar da União - AFC, deverão informar à CIB para pactuar os novos valores do PFVS destes municípios e formalizar à Secretaria de Vigilância em Saúde-SVS para os devidos encaminhamentos quanto à publicação de nova PORTARIA autorizativa.

- Considerando a PORTARIA GM/MS, nº 535, de 30 de março de 2016, que revisa o quantitativo máximo de Agentes de Combate às Endemias passível de contratação com o auxílio da assistência financeira complementar da União, considerando os parâmetros e diretrizes estabelecidos no Decreto nº 8.474, de 22 de junho de 2015 e na PORTARIA nº 1.025/GM/MS, de 21 de julho de 2015.

- Considerando que Castanhal é um município polo e prioritário da área de saúde da Região Metropolitana III, no Estado do Pará que comporta mais de 200.000 habitantes.

- Considerando que o município possui 66 agentes de endemias com cadastro no CNES, através de vínculo direto com o município, cumprindo carga horária de 40 horas semanais.

- Considerando o Ofício nº 240/2023 da Sesma de Castanhal que declara que o município reorganizou os processos de trabalho, com integração das bases territoriais dos Agentes Comunitários de Saúde e do Agentes de Combate às endemias, com definição de papeis e responsabilidades.

- Considerando a deliberação consensual da Comissão Intergestores Bipartite - CIB/PA, em Reunião Ordinária de 08 de fevereiro de 2024.

Resolve:

Art. 1º - Pactuar a adesão do Município de Castanhal à Assistência Financeira Complementar para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) para o Município de Castanhal, referente à PORTARIA GM/MS nº 2.663/2019.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 15 de fevereiro de 2024.

Ivete Gadelha Vaz. Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/SUS/PA.	Jucineide Alves Barbosa. Presidente do COSEMS/PA.
---	--

Resolução Nº 30, de 15 de fevereiro de 2024.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), disposta no Anexo XXII da PORTARIA de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Seção III - Das Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR) e das Equipes de Saúde da Família Fluvial (ESFF) dos Municípios da Amazônia Legal e do Pantanal Sul-Mato-Grossense, do Capítulo II - Das Equipes de Saúde da Família, disposta no Anexo XXII da PORTARIA de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Seção IV - Das Unidades Básicas de Saúde Fluviais (UBSF), do Capítulo II - Das Equipes de Saúde da Família, disposta no Anexo XXII da PORTARIA de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.

- Considerando o Regimento Interno da CIB (Resolução CIB nº 152, de 13 de setembro de 2018) em seu artigo 25, Parágrafo Único, letra "a", que define que a Comissão Intergestores Bipartite - CIB poderá aprovar ou homologar, sem necessidade da plenária, os pleitos de abrangência estritamente municipal, devidamente aprovados na CIR e com parecer favorável da área técnica correspondente da Secretaria Estadual de Saúde - SESPA.

- Considerando a Resolução CIR Marajó I, nº 25 de 06 de dezembro de 2023, que aprova a mudança de tipologia de 04 (quatro) Equipes de Saúde da Família (ESF) para 04 (quatro) Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR), do Município de Santa Cruz do Arari/PA.

- Considerando o parecer favorável do Coordenação Estadual de Saúde da Família - CESA/DASE/Diretoria de Políticas de Atenção Integral à Saúde (DPAIS)/SESPA.

Resolve:

Art. 1º - Homologar a Resolução CIR Marajó I, nº 25 de 06 de dezembro de 2023, que aprova a mudança de tipologia de 04 (quatro) Equipes de Saúde da Família (ESF) para 04 (quatro) Equipes de Saúde da Família Ribeirinha (ESFR), do Município de Santa Cruz do Arari/PA, conforme anexo desta Resolução.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 15 de fevereiro de 2024.

Ivete Gadelha Vaz Secretária de Estado de Saúde Pública. Presidente da CIB/SUS/PA.	Jucineide Alves Barbosa Presidente do COSEMS/PA.
--	---